



Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de
Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2021

Porto Alegre, dezembro de 2021.

IDENTIFICAÇÃO

Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul

Período: janeiro a dezembro de 2021

Responsáveis pela elaboração do relatório:

Daniela Setim Rezner, Advogada e coordenadora do COMIRAT/RS, Departamento de Justiça, Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo;

Gabriela de Mendonça Lima Penna, Estagiária de Relações Internacionais, Departamento de Justiça, Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo;

Karina Pecis Valenti, Estagiária de Relações Internacionais, Departamento de Justiça, Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo.

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul, instituído por meio do Decreto Nº 49.729, de 22 de outubro de 2012, e alterado pelo Decreto 55.634, de 9 de dezembro de 2020, tem por objetivos:

I – elaborar, implementar e monitorar o Plano Estadual de Políticas de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas no Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de facilitar o acesso das categorias previstas no Art. 2º;

- II – monitorar as ações institucionais que dizem respeito à mobilidade humana e que interpelam as categorias deste Decreto;
- III - propor ações para solucionar as questões relativas aos migrantes indocumentados;
- IV – propor a constituição de serviços específicos para o atendimento dos migrantes, assegurando o seu acesso a bens e serviços públicos, por intermédio de atendimento humanizado e adequado a sua situação;
- V – promover ações e coordenar iniciativas de atenção, promoção e defesa das categorias de que trata este Decreto no Estado do Rio Grande do Sul, garantindo um atendimento livre de preconceito e discriminação por motivos de origem, raça/cor, gênero, idade, crença ou pertença a grupo social;
- VI – apoiar a promoção de ações voltadas à integração dessas categorias no Estado do Rio Grande do Sul;
- VIII - orientar as ações de prevenção a violações de direitos humanos das pessoas em mobilidade, visando coibir a sua ocorrência;
- IX - informar às instâncias competentes sobre denúncias de violação de direitos dos migrantes, para apuração e responsabilização;
- X – reunir, atualizar e estimular estudos, pesquisas e relatórios sobre o fenômeno da mobilidade humana;
- XI – apoiar ações e fóruns de debates sobre a revisão de legislação nacionais e estaduais;
- XII - apoiar debates e ações com o objetivo de ratificar as Convenções Internacionais referentes à temática deste Comitê, especialmente a Convenção Internacional sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas famílias, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, por meio da Resolução nº 45/158, em 18 de dezembro de 1990, que estabelece normas de tratamento igualitário entre trabalhadores nacionais e

estrangeiros e atribui direitos humanos e fundamentais a todos os trabalhadores migrantes, legais ou irregulares.

XIII- Promover ações na Semana do Migrante, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a ser comemorada na terceira semana do mês de junho de cada ano, conforme previsão na Lei Estadual nº 15.367 de 5 de novembro de 2019.

XIV - Fomentar a criação e a implementação dos Comitês Municipais de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul.

Isto posto, enumeramos, a seguir, as atividades realizadas e as participações no âmbito do COMIRAT-RS ao longo do ano de 2021.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 II Semana do Migrante do Rio Grande do Sul:

A Semana do Migrante é uma conquista de extrema relevância para o Estado do Rio Grande do Sul e para os migrantes residentes e em trânsito. Por meio de anos de luta travada por instituições e defensores dos direitos humanos e do direito migratório no Estado, a mesma ganhou forma a partir da implementação da Lei Estadual nº 15.367 de 2019. A Semana do Migrante busca promover espaços de diálogo e troca para se discutir questões relacionadas aos direitos políticos e sociais dos migrantes, debatendo e apresentando alternativas de empregabilidade, integração cultural e viabilização dos seus direitos, entre outras finalidades.

Tendo em vista a importância de promover o evento em âmbito estadual, foi realizado parceria entre Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul (COMIRAT-RS), Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do RS (atual Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo - SJSPS), Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), Fundação Gaúcha de Trabalho e

Ação Social (FGTAS), Centro Ítalo-Brasileiro de Atendimento ao Imigrante (CIBAI Migrações), Fórum Permanente de Mobilidade Humana (FPMH), Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR) e Espaço Mundo - Esteio.

Como previsto na Lei, a semana deve ser comemorada na terceira semana do mês de junho de cada ano. Dessa forma, a II Semana do Migrante do Rio Grande do Sul ocorreu entre os dias 14 a 18 de junho de 2021.

Em um período em que os movimentos migratórios e de refúgio constituem-se como um fenômeno global, onde cada vez mais pessoas estão se deslocando por diversos motivos, dentre eles para encontrar espaços que possibilitem a manutenção da vida digna, a semana teve como propósito evidenciar a relevância do diálogo sobre migração e refúgio, destacando a necessidade de garantir os direitos inerentes aos seres humanos e o direito a uma vida digna.

O primeiro dia da II Semana Estadual do Migrante foi aberto com a presença do Coordenador da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Sr. Roger Ernani Ribeiro Garcia, do Secretário Estadual de Trabalho e Assistência Social, Sr. Ronaldo Nogueira, do Diretor-Presidente da Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social, Sr. Rogério Grade, do representante do CIBAI Migrações, Padre James-son Mercure, do Secretário de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul, Sr. Mauro Hauschild, do representante da sociedade civil, Sr. Hector López e da Diretora do Departamento de Justiça da SJCDH/RS, Sra. Daniela Setim Rezner. Este primeiro dia da II Semana Estadual do Migrante foi realizada na plataforma virtual da Assembleia Legislativa e transmitida na TV Assembleia Legislativa RS, como reflexo da longa tradição da parceria da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos com a realização da Semana do Migrante no estado do RS.

As falas foram marcadas pela notória característica do estado do Rio Grande do Sul no acolhimento aos fluxos migratórios, mas que é perpassada por muitos desafios na promoção de, além da acolhida, a vida digna, com oportunidades, sobretudo por meio do

ingresso qualificado no mercado de trabalho. Destacou-se a importância da responsabilização dos municípios e estado em trabalhar na defesa dos direitos da população migrante, bem como a articulação com os importantes trabalhos desenvolvidos pela sociedade civil. Conforme dito pela Diretora Daniela, o valor desse tipo de iniciativa está na importância enquanto ferramenta de mudança na sociedade, pois é um convite para abertura de diálogos, proposições, conexões culturais e compartilhamento de experiências

A Comissão Organizadora transmitiu, ao longo do evento, vídeos de iniciativas no interior do estado do Rio Grande do Sul, como a Pastoral do Migrante em Santo Ângelo, que possui diversas iniciativas de integração social com a comunidade haitiana, a Pastoral do Migrante em Vacaria, coordenada pela Pauliane e a Associação Familiar “Eu vos amo” de Guaporé, presidida pelo migrante haitiano Ivan.

Após as falas da Mesa de Abertura, o evento contou com a apresentação da Professora da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), Sra. Joseane Pinto, que realizou uma contextualização sobre o fenômeno migratório no Brasil.

A segunda noite do evento foi de compartilhamento de experiências dos municípios de Porto Alegre, Passo Fundo e Pelotas sobre a mobilização para criação e institucionalização de espaços de atenção à população migrante. Karin Kaid Wapechowski, que já integrou a Associação Antônio Vieira e também já foi coordenadora do Fórum Permanente de Mobilidade Humana, apresentou a memória histórica da incidência política e do papel dos comitês municipais para as políticas públicas voltadas à população migrante. Patricia Grazziotin Noschang, coordenadora do Fórum de Mobilidade Humana de Passo Fundo e Márcia Almeida, da Cáritas Diocesana de Pelotas, compartilharam as experiências nos respectivos municípios, bem como as necessidades dos migrantes e os desafios enfrentados pelas instituições na região. Por fim, Mário Fuentes, da Unidade dos Povos Indígenas e Direitos Específicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e coordenador do COMIRAT-POA, resgatou o caminho percorrido pelo Comitê Municipal em consolidar-se como um espaço tão relevante e que serve de exemplo para o estado. Houve, no início da

noite, a Exposição Cultural de Júlio Cesar Garcia, migrante argentino que reside em Gravataí e é ceramista. Confira o vídeo na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=Ec28flBIO2s>

A mesa de Incidência Política em torno da publicação de Portarias que dispõem sobre o fechamento das fronteiras terrestres e impede a regularização do status migratório, bem como a solicitação de refúgio durante o período da pandemia, foi extremamente relevante para a discussão política das migrações contemporâneas. A mesa contou com a presença de Laura Brewster, membro da Comissão de Direitos Humanos Sobral Pinto e membro da Comissão Especial de Igualdade Racial da OAB/RS, bem como representante da entidade no COMIRAT/RS, Henry Pérez López, presidente da Cooperativa Habitacional Migrantes do Sul, Dagoberto Barreto, Chefe de Delegacia de Migração da Superintendência Regional da Polícia Federal no RS, Gabriel Pareja membro ativo do Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados, James Derson, presidente da Associação da Integração Social e Daniel Mourgues Cogoy, Defensor Regional de Direitos Humanos. Nessa noite, houve também a transmissão pela página da Rádio Tele Afroplus, mobilizada pela Associação da Integração Social. Confira: <https://www.facebook.com/RadioTeleAfroplus/videos/231097228835717>

Mediada pelo membro da Comissão Organizadora, Juliano Florczak Almeida (FGTAS), a penúltima mesa tratou da Inserção Laboral e Empregabilidade com a presença de representantes de instituições que promovem a mediação laboral, por intermédio da conexão entre vagas em empresas e migrantes em busca de emprego. Lucas Nascimento, coordenador do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados em Porto Alegre apresentou o trabalho de Integração Socioeconômica realizado pelo SJMR, baseado na sensibilização de empresas, fortalecimento da rede local, mitigação de barreiras laborais e visitas de acompanhamento. Tania Fritoli, gerente de Projetos na ADRA RS, agência humanitária que tem um projeto de inserção laboral, dentro do projeto Oportunidades da OIM, para refugiados e migrantes. O trabalho é realizado em duas frentes: capacitação de empreendedores e empregabilidade por meio da plataforma “Connect” onde os migrantes são cadastrados e podem visualizar e candidatar-se para vagas. Luana Kovaleski representante do CIBAI Migrações na inserção

laboral, apresentou o trabalho de auxílio na elaboração de currículos, documentação e encaminhamento para vagas de emprego. Na apresentação da Patrícia Siqueira da OIM/ONU Migração, destaca-se em sua fala o reconhecimento e valorização de múltiplos esforços de integração pela via laboral de migrantes no Rio Grande do Sul que respeitem a interculturalidade e experiências diversas. Por fim, Gisele Netto, Assistente Sênior de Campo da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), reitera o regime jurídico brasileiro que dispõe sobre os direitos das pessoas em situação de mobilidade, que possibilitam o trabalho e a contratação dessas pessoas.

Em todas as noites foram reforçadas as Campanhas de Doações acontecendo pela FGTAS, ONG “Fazer o bem faz bem”, Cáritas Arquidiocesana do Rio Grande do Sul com a campanha “É tempo de cuidar” e Campanha da Loja Social Móvel em Esteio. Visto que outro eixo da II Semana Estadual do Migrante foi a divulgação e fortalecimento das campanhas de doação de alimentos/roupas para migrantes em municípios do Rio Grande do Sul, de modo a fortalecer iniciativas já existentes e ampliar a cadeia solidária a partir da divulgação diária dos pontos de coleta e bem como formas de distribuição para a população migrante.

No dia 18 de junho ocorreu a ação em parceria com FGTAS, em que as agências FGTAS/Sine sediadas nos municípios de Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Esteio, Garibaldi, Jaguarão, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre (Centro e Zona Norte), Quaraí, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santana do Livramento, São Borja e Uruguaiana realizaram um dia de atendimento preferencial a migrantes.

Mediada pela Diretora do Departamento de Justiça da Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos, Daniela Reznner, a última mesa tratou da Experiência De Migrantes Empreendedores. O primeiro bloco iniciou com a fala da migrante Blanca Perosa de Hernández, contando um pouco da experiência com o trabalho voluntário em Porto Alegre no Bairro Sarandi há quase 02 anos, a ideia surgiu a partir de suas dificuldades como migrante e foi desenvolvida junto a seu marido, através de uma Associação e do grupo de doação “Fazer

o bem faz bem”. Após, Ana Muanza Voca, empreendedora angolana que vive no Brasil há anos, graduada em administração, explicou que pretende abrir um restaurante junto a seu esposo focado na culinária angolana cujo nome será “Cahombo”, pimenta típica da Angola, atualmente faz comidas em casa por encomenda. Patrícia Paes Leme falou a respeito do trabalho que realiza junto aos migrantes empreendedores no CIBAI MIGRAÇÕES.

O segundo bloco contou com a presença de Mor Ndiaye, empreendedor senegalês, que mora desde 2008 no Brasil, é formado em administração no Senegal, hoje é um dos criadores do Senegal Construções fundado em 2017, conta com 37 profissionais, 80% senegaleses. Dênis Costa, Coordenador do Departamento de Promoção de Desenvolvimento Social da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (DPDS/FGTAS) apresentou iniciativas do governo estadual sobre empreendedorismo.

Organizadores:

- Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (SJSPP)
- Comitê Estadual De Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas Do Tráfico de Pessoas do Rio Grande Do Sul (COMIRAT/RS)
- Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP)
- Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social (FGTAS)
- Centro Ítalo-Brasileiro de Atendimento ao Imigrante (CIBAI Migrações)
- Fórum Permanente de Mobilidade Humana (FPMH)
- Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR)
- Espaço Mundo - Esteio.

Comissão Organizadora:

Daniela Setim Rezner, Joseane Schunk Pinto, James-son Mercure, Elton Bozzetto, Gabriela de Mendonça Lima Penna, Bibiana Waquil Campana, Juliana Camelo, Juliano Florczak Almeida, Fernando Zanuzo, Manuela D'Avila e Neidi Ittner.

Programação e Link de acesso à página do Facebook da SJSPS e no canal do Youtube da TV Assembleia Legislativa onde se encontram todas as atividades realizadas durante a semana:

- Dia 1 - Mesa de Abertura: <https://www.youtube.com/watch?v=mHcwwW0h04E> e <https://www.youtube.com/watch?v=ORulsFBRLag>
- Dia 2 - Mesa de Fomento à instituição de Comitês Municipais de Atenção à População Migrante: https://www.facebook.com/SJSPS.RS.GOV/videos/3131932733694715/?__so__=channel_tab&__rv__=all_videos_card
- Dia 3 - Mesa de incidência política em torno das Portarias 652/2020 e 654/2021: https://www.facebook.com/SJSPS.RS.GOV/videos/541037956902087/?__so__=channel_tab&__rv__=all_videos_card
- Dia 4 - Ação do SJMR de sensibilização de crianças do 4º ano do Colégio Anchieta
- Dia 4 - Mesa de Inserção laboral via emprego (Sensibilização de empresários sobre a contratação de migrantes): https://www.facebook.com/SJSPS.RS.GOV/videos/522824232476064/?__so__=channel_tab&__rv__=all_videos_card
- Dia 5 - ATENDIMENTO PREFERENCIAL A MIGRANTES EM UNIDADES FGTAS/SINE (Municípios conforme memorando da FGTAS)
- Dia 5 - Mesa de Experiência de Migrantes Empreendedores: https://www.facebook.com/130171343728994/videos/190080283020424/?__so__=channel_tab&__rv__=all_videos_card

Total de visualizações: 2.029

Card de divulgação da II Semana Estadual do Migrante



2.2 Apoio ao processo de Certificação do Migracidades

O Rio Grande do Sul, de janeiro de 2000 a junho de 2021, registrou mais de 102 mil migrantes que obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes no nosso estado. Além disso, entre abril de 2018 e agosto de 2021, recebemos cerca de 8 mil venezuelanos por meio da estratégia de interiorização do Governo Federal. O MigraCidades enquanto um processo de certificação de políticas migratórias no nível local permitiu ao governo do Estado do Rio Grande do Sul apreciar a abrangência de nossas políticas migratórias bem como identificar potencialidades a serem desenvolvidas em benefício dos migrantes e das comunidades de acolhida. É preciso reconhecer a migração como um fenômeno constante e um direito humano, que requer atenção e investimento do Estado, em suas três esferas, para que os indivíduos e famílias que migram tenham assegurados seus direitos. O processo de certificação engloba cinco etapas: A inscrição no processo de seleção mediante o aceite do Governador; A apresentação de diagnóstico referente a situação migratória do Estado para analisar as áreas potenciais; O estabelecimento da priorização das áreas em potencial do Estado; O recebimento da certificação e com isso, o selo Migra Cidades e o cronograma de monitoramento; A etapa final de monitoramento, onde serão implementadas e registradas as ações de cada dimensão anteriormente priorizada

Assim, a participação no MigraCidades possibilitou que fossem examinadas as ações e estratégias desenvolvidas pelo estado e, a partir disso, fossem propostas ações prioritárias que deverão ser acompanhadas no próximo ano. Igualmente, a participação da sociedade civil, por meio do Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do RS (COMIRAT/RS), foi fundamental para realização de um trabalho articulado às realidades vivenciadas pelos migrantes.

A participação no processo foi ao encontro do processo de aperfeiçoamento das políticas de atenção aos migrantes, viabilizando ferramentas para realização de diagnóstico local sobre as ações executadas pelos diferentes órgãos do estado, assim como a definição de ações que serão acompanhadas no ano seguinte. A partir do apoio técnico da OIM e da UFRGS, foi possível realizar articulação intersetorial para realizar o diagnóstico local sobre as políticas e ações em execução, bem como identificação das potencialidades de cada área de governança ou acesso aos direitos. Dentro do Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul, a participação no MigraCidades favoreceu a articulação intersetorial e a discussão sobre a temática das migrações no estado, possibilitando visibilidade à pauta, especialmente no diálogo para preenchimento do formulário de diagnóstico.

Com base no diálogo e construção intersetorial entre as Secretarias, Fundações e o COMIRAT/RS, o governo priorizou o aprimoramento da capacitação para servidores públicos com curso de formação e sensibilização a fim de qualificar as intervenções junto à população migrante, sobretudo na área da saúde e assistência social. A matriz de priorização encontra-se no anexo I.

Recebimento Certificado de Participação MigraCidades 2021



2.3 Cidades Acolhedoras - UNESCO

A UNESCO está produzindo um manual de políticas públicas de inclusão voltadas para migrantes e refugiados nos municípios brasileiros, em conjunto com outras agências da ONU no Brasil. A publicação integra a iniciativa “Cidades Acolhedoras”, lançada pela UNESCO em 2016. O manual, a ser lançado em 2022, será um guia prático de referência baseado nas experiências dos municípios brasileiros nas mais diversas áreas de responsabilidade da gestão municipal. Portanto, contamos com a colaboração da SJSPS e do COMIRAT-RS para construir uma agenda de “Cidades Acolhedoras” no Brasil, por meio da mobilização dos municípios do estado do Rio Grande do Sul e dos pontos focais de acolhimento aos migrantes. O compartilhamento das práticas dos municípios irá basear a construção desta publicação que será um marco na construção de políticas locais de acolhimento a migrantes e refugiados.

2.4 GT Cartilha de Acolhimento à população estrangeira encarcerada

Diante da Nota Técnica no 80/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ, que trata dos procedimentos quanto à custódia de estrangeiros no sistema prisional brasileiro, foi instaurado, por meio do Protocolo de Intenções de Expediente n.o 21/3000-0001146-4, um Grupo de Trabalho Interinstitucional, cujo propósito será a realização de estudos voltados à implementação de projeto para atenção à população estrangeira recolhida em estabelecimentos prisionais gaúchos.

O GT tem como principais funções:

- a) construção de uma cartilha com informações e orientações voltada à população estrangeira encarcerada no Rio Grande do Sul;
- b) tradução da cartilha para os idiomas de maior incidência entre indivíduos recolhidos;
- c) elaboração de políticas voltadas para assistência a estrangeiros em situação de cárcere.
- d) outras providências decorrentes de necessidades que forem identificadas ao longo da elaboração do projeto.

Instituições integrantes no GT:

- Secretaria da Justiça da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo
- Superintendência dos Serviços Penitenciários
- Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

2.5 Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Migrantes e Refugiados

Estruturação, em conjunto com ACNUR, do Fórum Nacional de Comitês e Conselhos Estaduais para Refugiados e Migrantes, espaço autogerido e horizontal de mobilização, interlocução e articulação composto pelos Comitês e Conselhos Estaduais que tratam das temáticas do refúgio e migração no país. De caráter permanente, o Fórum terá reuniões a cada quatro meses, sendo a primeira delas uma reunião de apresentação dos atores, formalização do Fórum e definição de seus objetivos, seguida por uma reunião inaugural do Fórum, transmitida ao vivo. Estas serão seguidas de reuniões temáticas, definidas conforme as prioridades discutidas na plenária. A primeira reunião será convocada e organizada pelo COMIRAT/RS, com apoio técnico e mobilizador do ACNUR, para o dia 16/03/2022.

Comitês convidados a participar do Fórum:

- Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN)
- Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEMIGTRA-P-CE)
- Comitê Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Atenção aos Refugiados e Migrantes do Amazonas
- Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul (CERMA/MS)
- Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo no Estado de Goiás (Comitrate-GO)
- Comitê Estadual de Atenção à Migração, Refúgio e Apatridia, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais (COMITRATE/MG)
- Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes do Rio de Janeiro (CEIPARM/RJ)
- Comitê Estadual para Refugiados de São Paulo (CER/SP)
- Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR)
- Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas no Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS)

2.6 Centro de Atendimento em parceria com FMP e Tudo Fácil

O considerável crescimento de migrantes internacionais residentes no estado requer intervenções para garantia de seus direitos, pois são percebidas consideráveis dificuldades para seu acesso, seja pela falta de informações acessíveis aos imigrantes, falta de capacitação e formação dos/as trabalhadores e políticas de atendimento voltadas à população. Para

contribuir no acesso às informações e orientações necessárias aos migrantes, é proposta a implementação de um centro de atendimento e orientação aos migrantes internacionais, localizado na sede da Zona Norte do Tudo Fácil/Porto Alegre. Contudo, diante da situação de pandemia da Covid-19 e da impossibilidade de abertura do Centro de Atendimento com atividades presenciais enquanto perdurar a crise sanitária, optou-se por estratégias virtuais de orientação à população migrante.

De modo a fortalecer a rede de apoio a migrantes e refugiados em Porto Alegre/RS, estabeleceu-se parceria com a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP), objetivando a formação, aperfeiçoamento e especialização técnica da comunidade acadêmica envolvida com o Projeto de Extensão Migração, Identidade e Cidadania. Com apoio técnico da presente Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (atual Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo) e da rede envolvida na abordagem da temática, será realizada a capacitação aos integrantes extensionistas voluntários do Projeto de Extensão Migração, Identidade e Cidadania, e os atendimentos serão realizados junto ao Centro de Atendimento e Orientação ao Migrante cuja responsabilidade está sob o órgão Tudo Fácil.

A colaboração dos extensionistas voluntários da FMP na realização dos atendimentos e assessoria a migrantes e refugiados, na modalidade presencial ou telepresencial, dependerá das diretrizes sanitárias determinadas pelo governo do estado e governo federal, e da própria Faculdade de Direito da FMP, diante da pandemia da covid-19.

Objetivo: Prestar atendimento aos migrantes internacionais que buscam orientação sobre seus direitos, procedimento para regularização de documentação e acesso aos serviços da rede de proteção social.

Resultados esperados:

- Promoção de atendimento e orientação;

- Fortalecimento das políticas e ações destinadas aos migrantes no estado do RS;
- Disponibilização de computadores para os migrantes internacionais a fim de viabilizar o acesso a direitos;
- Articulação e encaminhamento para a rede de proteção.

Público: migrantes internacionais

Local: Tudo Fácil/Porto Alegre Zona Norte

2.7 Articulação da rede local no âmbito da estratégia de Interiorização prevista na Operação Acolhida do Governo Federal

Em resposta à situação de emergência social que se instaurou frente ao fluxo migratório massivo de pessoas vindas da Venezuela e à incapacidade dos serviços da rede local de garantir o acesso à proteção social e à regularização migratória de populações em situações bastante particulares de vulnerabilidade, em fevereiro de 2018 o Governo Federal federaliza a atuação, com apoio de agências da ONU e organizações da sociedade civil, instituindo a Operação Acolhida: uma iniciativa para operacionalizar a assistência emergencial para o acolhimento de migrantes vindos da Venezuela.

Compreendendo as dificuldades impostas à Coordenação da Operação em promover o diálogo com os diferentes municípios de acolhida em um país de dimensões continentais como o Brasil, a Coordenadoria de Assuntos Especiais, responsável pela coordenação do Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul (COMIRAT-RS), organiza-se no sentido de promover a articulação das redes municipais do estado que estão recebendo fluxos de migrantes interiorizados direta ou indiretamente vinculados à Operação Acolhida.

Atividades realizadas:

- a) elaboração de Plano de Trabalho para Monitoramento da Interiorização em parceria com Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, pendente a aprovação pelo ACNUR;
- b) reunião com a coordenadoria dos Subcomitês para Acolhimento e para Interiorização, subordinados ao Ministério da Cidadania, na intenção de conhecer os dispositivos que o governo federal dispõe para dar suporte aos municípios que recebem fluxos de migrantes interiorizados;
- c) alinhamento com redes municipais do estado para acompanhamento da realidade e das demandas no atendimento às populações migrante e refugiada, fomentando a integração de atores das redes no COMIRAT-RS.

2.8 Cursos e capacitações:

2.8.1 Curso "Saúde no contexto da Migração Internacional"

Lançamento do Curso virtual “Saúde no Contexto da Migração Internacional”, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, Organização Internacional para as Migrações (OIM), Escola de Governo (EGOV-SPGG), Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE), Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) e Instituto Meridional de Estudos e Desenvolvimento (IMED). O curso teve como objetivo disponibilizar informações e conhecimentos qualificados sobre os aspectos que envolvem a migração internacional, com destaque para as questões transversais à saúde, para os trabalhadores estaduais e municipais de saúde, visando ao fortalecimento e o aprimoramento das ações de gestão, promoção e assistência à saúde de migrantes no Estado do Rio Grande do Sul. A inauguração do curso contou com a Professora Dr^a. Helisane Mahlke da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Balanco do Curso 2021:

- Inscritos: 121;
- Nunca acessaram: 62;
- Não concluíram: 41;
- Concluíram o curso: 18.

2.8.2 Capacitações do ACNUR e SJMR para servidores públicos

Considerando a constante necessidade de qualificação dos atores dos municípios de acolhida dos fluxos migratórios internacionais, o Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul (COMIRAT-RS), a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) promoveram, em novembro e dezembro de 2021, uma capacitação a fim de disponibilizar informações e conhecimentos qualificados sobre os aspectos que envolvem a migração internacional. Foram debatidas questões sobre (i) conceitos e dados de refúgio no mundo e no Brasil; (ii) fluxo venezuelano, haitiano e senegalês e Estratégia de Interiorização; (iii) direitos e deveres de migrantes; (iv) integração local e (v) boas práticas locais. As capacitações são organizadas com rodadas de perguntas e respostas para interação com os servidores dos municípios. Esta capacitação virtual será um termômetro para avaliar a possibilidade de o ACNUR e o SJMR realizarem um Seminário/Workshop presencial em quatro centros das regiões do Rio Grande do Sul em 2022, com demandas mais específicas.

Organização:

- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - Escritório São Paulo
- Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul (COMIRAT-RS)
- Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) - Escritório Porto Alegre

Balanco da Capacitação:

Inscritos:

- 187 pessoas;
- 51 municípios do Rio Grande do Sul e 8 municípios de fora do estado;

- Principais áreas: Serviço Social (105), Psicologia (22), Educação Social/Pedagogia (9), Administração (8), Saúde (5) e Mediação Intercultural/Tradução (4).

Presentes:

- 125 pessoas;
- 42 municípios do Rio Grande do Sul e 4 municípios de fora do estado;
- Principais áreas: Serviço Social (74), Psicologia (15), Educação Social/Pedagogia (5), Administração (7), Saúde (4) e Mediação Intercultural/Tradução (4).

Card de divulgação da capacitação



2.9. Grupos de Trabalho

2.9.1 Grupo de Trabalho de Incidência nas Delegacias de Migração da Polícia Federal

Verifica-se demanda generalizada, em diversas regiões do estado, em relação à disponibilização e à qualificação de orientações de direitos jurídicos e serviços da rede de apoio local às populações migrante e refugiada. Tem-se em vista que as Delegacias de

Migração (DELEMIGs), sediadas em 14 unidades da Polícia Federal do estado, são pontos obrigatórios de acesso destas populações. Assim, entende-se que são locais de alto potencial de disseminação de informações para estas populações terem conhecimento de seus direitos básicos. Desta forma, o COMIRAT/RS propôs, por meio de formulário, mapear a rede de apoio para migrantes e refugiados de cada circunscrição da Polícia Federal, com o objetivo de conhecer as demandas de cada região e organizá-las em materiais informativos (físicos, digitais e audiovisuais) a serem disponibilizados em suas respectivas unidades da DELEMIG. Foi enviado Ofício nº 131/2021/SJSPS, com o convite para que diversas instituições do interior do estado do Rio Grande do Sul que atuam com a pauta migratória respondessem o formulário de mapeamento da rede estadual e comparecessem na reunião ordinária de outubro do COMIRAT-RS. Considerando as discussões realizadas no âmbito do Comitê, buscou-se representações das 14 circunscrições da Polícia Federal no estado, a fim de identificar as demandas, compartilhar experiências e operacionalizar o projeto de incidência das Delegacias de Migração. A partir deste espaço, busca-se organizar formas de incidência nas DELEMIGs em quatro níveis, uma vez que possuem alto potencial de disseminação de informações qualificadas (tanto sobre a rede local quanto sobre direitos básicos):

1. Produção de materiais informativos no âmbito do COMIRAT/RS para as Delegacias de Migração (14 ao total no RS). Temas propostos: condição jurídica do migrante (como a diferenciação entre os status de residência, solicitante de refúgio, refugiado); acesso à política de assistência social da região; serviços de proteção e justiça. É levantada a necessidade de tradução para os principais idiomas da população migrante, bem como mediação intercultural. Sugestão: folder A5, com principais informações de fácil acesso. Para contribuir no acesso às informações e orientações necessárias aos migrantes, é proposta a implementação de materiais físicos e digitais, nos idiomas português, espanhol, creole haitiano, wolof e árabe.

2. Elaboração de vídeos (materiais audiovisuais) para que os migrantes que aguardam o atendimento da Polícia Federal possam ver na sala de espera. A depender da estrutura e dos recursos das unidades, mas seria um material informativo audiovisual;
3. Capacitação e instrução para servidores(as) da Polícia Federal que realizam atendimento à população migrante;
4. Instrumentalizar um edital para estagiário de triagem que vise ao atendimento humanizado para população migrante na Polícia Federal.

Membros do GT:

Adriano Pistorelo (CAM - Caxias do Sul); Aline Crochemore (Pelotas); Andrea Mattos (Polícia Civil); Bibiana Waquil (SJMR - Porto Alegre); Cristiano Freitas (Rio Grande); Daniela Setim Rezner (SJSPPS); Fabiana Trevisan (Santa do Livramento); Fernanda Brocco (Marau); Gabriela Penna (SJSPPS); Geruza Maron (Chuí); Gisele Netto (ACNUR); Giuliana Redin (Migraidh - Santa Maria); Henry López (Cooperativa Habitacional - Porto Alegre); Joana Soares (ACNUR); Karina Pecis Valenti (SJSPPS); Laura Ferrari (SJMR - Porto Alegre); Mário Fuentes (COMIRAT-POA); Patrícia Noschang (UPF); Roger Daniel (Charqueadas); Viviane Pinto (Gravataí); Viviane Gomes (Rio Grande) e William Laureano (ACNUR).

2.9.2 Grupo de Trabalho do Plano Estadual

Criação do Grupo de Trabalho para operacionalização da Política Estadual, com representantes da sociedade civil e organizações internacionais, diante da competência prevista no Art. 3º do Decreto nº 55.634/2020: I - elaborar, implementar e monitorar o Plano Estadual de Políticas de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas no Estado com o objetivo de facilitar o acesso das categorias previstas no art. 2º deste Decreto.

3. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES

3.1 Jornada de Integração Comunitária do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados

Em julho de 2021 ocorreu a Ação Social Integrando Horizontes na Associação Legato, em Canoas, em parceria com a equipe do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR-POA) e do Projeto Petra. A Secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (atual Secretária de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo) do RS esteve presente na abertura oficial da Ação, representada pela servidora Amanda Prestes e pelas estagiárias Gabriela Penna e Manuela D'Avila. Na inauguração do Projeto Petra da Associação Legato, a ação de integração comunitária voltada para migrantes e refugiados contou com oficinas e orientações sociais sobre diversos temas: elaboração de currículos, prevenção à violência de gênero e assessoria jurídica. A região de Canoas possui grande incidência de migrantes de várias nacionalidades, em especial de venezuelanos e haitianos, que buscam orientações junto à Associação Legato. Em 2018, Canoas recebeu 306 migrantes e refugiados venezuelanos pela estratégia de interiorização da Operação Acolhida. De 2018 até julho de 2021 o município acolheu 927 migrantes e refugiados venezuelanos. Há também pessoas que buscam a cidade por migrações espontâneas, que estão indocumentadas, que precisam de orientação e assistência técnica na área migratória. A reação da comunidade de acolhida em relação ao fluxo de migrantes e refugiados nem sempre é harmônica e pacífica, há casos de migrantes que sofreram xenofobia e discriminação por não serem nacionais. Atos, falas de discriminação, racismo e em especial xenofobia são um desafio para a integração local de migrantes e refugiados. Nesse sentido a Ação Social Integrando Horizontes busca promover ações de coexistência pacífica entre comunidade local e comunidade migrante que residem no mesmo território. O SJMR Itinerante será uma forma de apoiar o trabalho realizado pela Associação de Legato que em junho de 2021 iniciou o Projeto Petra. Projeto que pretende ampliar o atendimento aos migrantes, refugiados, brasileiros e idosos. Projeto baseado na assistência comunitária onde o objetivo maior é coordenar e mobilizar os recursos assistenciais, sociais existentes identificando prioridades no desenvolvimento comunitário assim como, promover um espaço de cultura, de cidadania e do respeito pelos direitos

humanos. Por esse motivo, a Associação buscou estabelecer parceria com o SJMR e a SJSPS no sentido de ampliar o atendimento especializado aos migrantes e refugiados residentes no território da cidade.



Membros da SJSPS participaram do evento

3. 2 Evento Tuberculose em Debate: perspectivas para proteção e cuidado de populações vulneráveis à tuberculose e coinfeção TB-HIV

Dentro das ações alusivas ao Dia estadual de conscientização e mobilização na luta contra a tuberculose, o Comitê Estadual de Enfrentamento da Tuberculose RS (CEETB/RS) realizou a atividade Tuberculose em Debate: perspectivas para proteção e cuidado de populações vulneráveis à tuberculose e coinfeção TB-HIV, com o objetivo de proporcionar um espaço de debate e proposições de alternativas para enfrentamento da tuberculose e da coinfeção junto às populações mais afetadas por essas epidemias. Sendo a tuberculose profundamente determinada pela desigualdade social, alguns grupos populacionais apresentam maior risco de adoecimento. O objetivo da jornada de debates foi proporcionar espaços de interação entre os diferentes atores interessados na temática da tuberculose e da co-infecção tuberculose/HIV, de forma que o produto dos debates possa contribuir com a

formação de políticas públicas e pautas de ações direcionadas à ampliação do cuidado de pessoas com tuberculose, considerando o cenário de aprofundamento da desigualdade social provocado pelas múltiplas crises. A atividade foi realizada pelo CEETB/RS em parceria com Universidade de Santa Cruz do Sul, Secretaria Estadual da Saúde do RS, Secretaria do Trabalho e Assistência Social do RS, Escola de Saúde Pública do RS, Conselho Estadual de Saúde do RS, Conselho Estadual de Assistência Social do RS, Conselho Estadual de Direitos Humanos do RS, Pastoral Carcerária, Movimento Nacional da População de Rua, Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do RS (COMIRAT-RS), Fórum ONG Aids/RS, Associação de Travestis e Transexuais do RS, Fórum de Articulação para Tuberculose e Álcool RS, Associação dos Angolanos do RS, Quilombo Santa Luzia, Conselho Indigenista Missionário/CNBB, Secretaria Especial de Saúde Indígena.

No último dia do evento, no qual foi pautada a tuberculose em populações indígena, migrantes, refugiados, quilombolas e LGBTQIA+, o COMIRAT-RS realizou uma fala sobre o papel do comitê e do poder público na defesa dos direitos de migrantes e refugiados.

Card de divulgação do evento

COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA TUBERCULOSE-RS APRESENTA:

Tuberculose em debate:

perspectivas para proteção e cuidado de populações vulneráveis à tuberculose e coinfeção TB-HIV

*O evento ocorrerá em formato virtual

PROGRAMAÇÃO TEMÁTICA

- 02/09 - 13h30 a 16h30
Tuberculose e APS
Tuberculose, álcool e outras drogas
- 09/09 - 13h30 a 16h30
Tuberculose e pessoas vivendo com HIV/AIDS
- 16/09 - 9h a 12h
Tuberculose e população privada de liberdade
- 23/09 - 9h a 12h
Tuberculose e população em situação de rua
- 30/09 - 9h a 12h
Tuberculose e população indígena, migrantes, refugiados, quilombolas e população LGBTQIA+

Comitê Estadual de Enfrentamento da Tuberculose do Rio Grande do Sul

Solte as Datas! Em breve divulgaremos mais informações. Email para contato: comite.tb.rs@gmail.com

3.3 Fórum de Alto Nível dos Povos Indígenas

O COMIRAT-RS foi convidado pelo coordenador do escritório regional da Organização Internacional para as Migrações (OIM), Iurqui Pinheiro, para participar do Fórum de Alto Nível dos Povos Indígenas em novembro de 2021. Com o objetivo de discutir propostas para os povos indígenas da Venezuela, Porto Alegre realizou o encontro preparatório do Fórum de Alto Nível dos Povos Indígenas. Entre os temas discutidos na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) estava o acesso aos processos de regularização e proteção internacional e o risco existente em rotas migratórias. O encontro reuniu um grupo de 30 indígenas da etnia Warao que chegaram a Porto Alegre em setembro de 2020. Discutiram a criação de caminhos para assegurar a visibilidade e o fortalecimento dos povos venezuelanos acolhidos nos países vinculados: Colômbia, Brasil, Guiana e Trinidad e Tobago", explicou Barba. O Fórum foi promovido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pela Agência da ONU para Refugiados (Acnur) contou com a parceria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). As propostas construídas no debate serão apresentadas no Fórum de Alto Nível dos Povos Indígenas no dia 30 de novembro deste ano.



Membro da SJSPS no evento

ANEXOS

Anexo I: Matriz de Priorização - MigraCidades 2021

Etapa de Priorização do MigraCidades

Responsável pelo preenchimento: Daniela Setim Rezner
Município/Estado que representa: Estado do Rio Grande do Sul
Cargo: Diretora do Departamento de Justiça (SJSPS)

Dimensão Priorizada: Capacitação de Servidores Públicos

Detalhamento da ação:

- 1) Realização da segunda edição do curso online “Saúde no contexto da migração internacional” e estabelecimento de atualização contínua deste curso para que seja ofertado duas vezes por ano (uma por semestre) para servidores que trabalham com atenção/assistência direta a migrantes. Manter a aula inaugural do curso como um seminário/oficina síncrono/ao vivo.
- 2) Realização de outras capacitações com servidores estaduais e municipais, principalmente nas áreas da saúde, assistência social e educação, tendo como possíveis temáticas: atendimento, acesso a direitos, documentação e integração local e prevenção à exploração laboral e ao tráfico de pessoas.

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as): (X) servidores públicos () migrantes (X)
outro: Comunidade acadêmica.

Objetivo da ação: Promover cursos de formação e sensibilização para os/as, servidores/as, gestores/as e trabalhadores/as das políticas de atenção aos migrantes, especialmente da saúde, assistência social e educação, a fim de qualificar as intervenções com a população migrante.

Justificativa: O trabalho com as migrações é uma demanda crescente, que tem se tornado cada vez mais objeto de intervenções dos profissionais das redes de proteção. Em razão de barreiras culturais e linguísticas e do desconhecimento da legislação, se faz necessária a promoção de capacitações, cursos e formações que busquem um melhor preparo do trabalhador/gestor frente às complexidades que abarcam o processo migratório. Além disso, a partir do Diagnóstico do MigraCidades 2021, verificou-se a necessidade de promoção de qualificação dos profissionais do sistema de proteção social, sobretudo em municípios de acolhida dos fluxos recentes de migrantes venezuelanos e haitianos.

O tratamento e atendimento humanizado e sensibilizado é também uma parte fundamental no processo de garantia e acesso a direitos e de inclusão social dos migrantes na sociedade.

Efeitos esperados a partir da ação: Espera-se ampliar o conhecimento dos servidores que trabalham na atenção/assistência direta para a oferta de atendimento qualificado para pessoas migrantes, bem como aproximá-los da realidade da trajetória de migrantes forçados e as possibilidades de atuação dentro da rede de atenção a esta população.
Meta que se busca alcançar com a ação: Mobilização de municípios de todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul para participarem das capacitações; Alcançar 200 inscritos no curso em 2022 e aumentar o número de pessoas que concluem o curso.
Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados? Balanço do número de inscritos no curso, de quem nunca acessou, dos que não concluíram e dos que concluíram. Acompanhamento via formulário aos que concluíram para verificar % de servidores que afirmam utilizar conhecimentos adquiridos na prática três meses após a capacitação.
Atores locais envolvidos com a dimensão: Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo; Escola de Governo; COMIRAT-RS, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); Organização Internacional para as Migrações (OIM).
Tipo de recursos necessário: () Financeiros (x) Humanos (x) Estruturais () Outro(s). Qual(is)?
Comentários adicionais:

Dimensão Priorizada: Estrutura Institucional de Governança
Detalhamento da ação: Ação 1: Criação do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais, instância participativa que conjuga todos os conselhos e comitês estaduais para atenção a refugiados e migrantes. O Fórum será um espaço de mobilização autogerido e horizontal, de interlocução e articulação. De caráter permanente, o Fórum terá reuniões a cada quatro meses, sendo a primeira delas uma reunião de apresentação dos atores, formalização do Fórum e definição de seus objetivos, seguida por uma reunião inaugural do Fórum, transmitida ao vivo. Estas serão seguidas de reuniões temáticas, definidas conforme as prioridades discutidas na plenária. Ação 2: Plano da Política Estadual - GT
Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as): (x) servidores públicos (x) migrantes ()outro
Objetivo da ação: Atender à necessidade de fortalecimento da interlocução entre instâncias de participação social para a superação de desafios comuns, troca de experiências e apresentação de boas práticas.
Justificativa: Necessidade de ampliar a participação social e conjugar iniciativas estaduais que se dediquem a atenção aos fluxos migratórios que perpassam o país a nível continental.

Efeitos esperados a partir da ação: Enquanto única instância participativa de abrangência nacional que reúne atores locais a nível estadual para discussões acerca destes temas, pretende-se que o Fórum se consolide como ator relevante e passe a integrar o arranjo nacional da governança migratória e do refúgio.

Meta que se busca alcançar com a ação:

- Definição do cronograma de reuniões do Fórum;
- Elaboração de Regimento Interno do Fórum, construído de maneira participativa por seus integrantes; Planejamento e desenvolvimento de estratégias junto aos governos locais e incidência política;
- Identificação e priorização de agendas comuns para discussão e incidência com Governo Federal;
- Estabelecimento de comissões e grupos de trabalho para discussão e aprofundamento de temas relevantes específicos, quando necessário;
- Produção de materiais informativos e campanhas

Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados? Adesão de conselheiros dos 10 Comitês/Conselhos Estaduais já existentes. Publicação da Lei Estadual.

Atores locais envolvidos com a dimensão: Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS), Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas (COMIRAT-RS), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR), Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Tipo de recursos necessário: () Financeiros (x) Humanos (x) Estruturais
() Outro(s). Qual(is)?

Comentários adicionais:

Dimensão Priorizada: Transparência e Acesso à Informação para Migrantes

Detalhamento da ação:

Ação 1: A partir da criação do Grupo de Trabalho de Incidência nas Delegacias de Migração da Polícia Federal, no âmbito do Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas (COMIRAT-RS), vislumbra-se o georreferenciamento da rede de apoio e atendimento à população migrante no Rio Grande do Sul. Este mapeamento tem como justificativa o entendimento das principais dificuldades e desafios que a sociedade civil e a prefeitura do território têm no acesso à DELEMIG correspondente. Além do fortalecimento da rede local no atendimento da população migrante, este mapeamento inicial servirá como uma maneira de aproximação do COMIRAT/RS do interior gaúcho, bem como a inserção destes atores estatais e não-estatais no âmbito do Comitê.

Ação 2: SITE DO COMIRAT-RS - Com o restabelecimento da administração do Site do COMIRAT-RS, pretende-se centralizar publicações, cartilhas e legislações na plataforma digital para facilitar acesso de integrantes da rede de atenção aos migrantes.

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as): () servidores públicos (x) migrantes () outro

Objetivo da ação:

1. Produção de materiais informativos no âmbito do COMIRAT/RS para as Delegacias de Migração (14 ao total no RS). Temas propostos: condição jurídica do migrante (como a diferenciação entre os status de residência, solicitante de refúgio, refugiado); acesso à política de assistência social da região; serviços de proteção e justiça. É levantada a necessidade de tradução para os principais idiomas da população migrante, bem como mediação intercultural. Sugestão: folder A5, com principais informações de fácil acesso. Para contribuir no acesso às informações e orientações necessárias aos migrantes, é proposta a implementação de materiais físicos e digitais, nos idiomas português, espanhol, creole haitiano, wolof e árabe.
2. Elaboração de vídeos (materiais audiovisuais) para que os migrantes que aguardam o atendimento da Polícia Federal possam ver na sala de espera. A depender da estrutura e dos recursos das unidades, mas seria um material informativo audiovisual;.

Justificativa: Verifica-se demanda generalizada, em diversas regiões do estado, em relação à disponibilização e à qualificação de orientações de direitos jurídicos e serviços da rede de apoio local às populações migrante e refugiada. Tem-se em vista que as Delegacias de Migração (DELEMIGs), sediadas em 14 unidades da Polícia Federal do estado, são pontos obrigatórios de acesso destas populações, bem como primeira instituição pública que a população migrante que chega ao estado tem acesso. Assim, entende-se que são locais de alto potencial de disseminação de informações para estas populações terem conhecimento de seus direitos básicos.

Efeitos esperados a partir da ação: Fortalecimento da rede de atenção à população migrante a nível estadual; fortalecimento da autonomia de migrantes e refugiados nos processos de regularização do status migratório; instrução à população migrante sobre seus direitos de forma acessível, levando em consideração as barreiras linguísticas.

Meta que se busca alcançar com a ação: Grupo de Trabalho (com pelo menos 1 representante de cada circunscrição da Polícia Federal) ativo com reuniões periódicas. Produção de 3 materiais informativos; produção de 01 material audiovisual.

Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados? Número de materiais produzidos; Métricas de acessos e visualizações dos materiais nos canais do governo.

Atores locais envolvidos com a dimensão: Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS), COMIRAT-RS, Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR) e Centro de Atendimento ao Migrante em Caxias do Sul (CAM) e Organização Internacional para as Migrações.

Tipo de recursos necessário: (x) Financeiros (x) Humanos () Estruturais
() Outro(s). Qual(is)?

Comentários adicionais:

Dimensão Priorizada: Parcerias Institucionais

Detalhamento da ação:

Parceria com o Núcleo Regional de Interiorização no Rio Grande do Sul (Ministério da Cidadania) para apoiar municípios e facilitar o acolhimento a pessoas venezuelanas beneficiárias da estratégia de interiorização para o Rio Grande do Sul. Quando o NURIN RS for estabelecido pelo governo estadual em articulação com o Ministério da Cidadania, por meio de um mapeamento da rede local, serão definidas pessoas responsáveis por coordenar as reuniões e receber a documentação do ente federal. O ponto focal dessa ação funcionará como um detentor do banco de dados do estado, para então fazer um plano de ação para qualificar a acolhida (quando chegam os vôos, como será a atuação, para quais escolas serão encaminhadas as pessoas interiorizadas, etc.) em coordenação com os municípios.

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as): () servidores públicos (x) migrantes () outro

Objetivo da ação: Fortalecer a resposta dos municípios aos fluxos migratórios.

Justificativa: Por intermédio das parcerias com o Ministério da Cidadania e atores da rede local, será possível aprimorar as resoluções dos desafios vislumbrados nos municípios de acolhida de migrantes, bem como estabelecer fluxos de trabalho.

Efeitos esperados a partir da ação: Mais servidores capacitados e gestores preparados para articular seus serviços de acolhimento e atendimento.

Meta que se busca alcançar com a ação: Mobilização de municípios de todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul para participarem das capacitações do ACNUR; Definição de ponto focal no Estado para conexão com os subcomitês da interiorização do Ministério da Cidadania.

Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados? Número de representantes dos municípios mobilizados; feedback com formulário de acompanhamento.

Atores locais envolvidos com a dimensão: Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo; Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Ministério da Cidadania.

Tipo de recursos necessário: () Financeiros (X) Humanos () Estruturais
() Outro(s). Qual(is)?

Comentários adicionais:

COMIRAT/RS

Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul

Dimensão Priorizada: Acesso ao Mercado de Trabalho
Detalhamento da ação: Ação 1: Articulação entre lideranças de associação de migrantes no Estado do Rio Grande do Sul e Unidades SINE/FGTAS do interior do Estado para viabilizar a inserção laboral, consoante às demandas específicas das comunidades.
Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as): () servidores públicos (X) migrantes ()outro
Objetivo da ação: Identificar os desafios enfrentados pelos migrantes na inserção no mercado de trabalho formal e viabilizar a interlocução com Unidades SINE/FGTAS.
Justificativa: Tendo em vista que as unidades SINE/FGTAS possuem papel importante na inserção laboral no Estado do Rio Grande do Sul e a demanda de acesso ao trabalho é uma questão constante na integração local de migrantes, é necessário corresponder às demandas da população que possui particularidades das suas trajetórias para entrar no mercado de trabalho.
Efeitos esperados a partir da ação: Espera-se que as ações impactem no nível de aproveitamento de vagas de emprego entre migrantes e refugiados.
Meta que se busca alcançar com a ação: Elevar a taxa de aproveitamento.
Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados? Dados das unidades SINE/FGTAS conforme nacionalidade.
Atores locais envolvidos com a dimensão: Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, Associações de Migrantes e Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social e Organização Internacional para as Migrações.
Tipo de recursos necessário: () Financeiros (X) Humanos () Estruturais () Outro(s). Qual(is)?
Comentários adicionais:

Daniela Setim Rezner

ID: 4671147/01

S. COMIRAT/RS

Daniela Setim Rezner

Coordenação do Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul – COMIRAT/RS